

**M18 Instituição de Pagamento S.A.**

Demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2022  
Com o relatório do auditor independente

## ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras...	03
Balanços patrimoniais.....	08
Demonstrações dos resultados .....	09
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos administradores e acionistas da

### **M18 Instituição de Pagamento S.A**

São Paulo – SP

### **Opinião sem ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da M18 Instituição de Pagamento S.A., (Companhia), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M18 Instituição de Pagamento S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião sem ressalva**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2023.



**LCC AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC N° 2SP029650/O-4**

**Marcello Lopes dos Santos**  
**CRC N° 1SP188429/O-2**

## M18 Instituição de pagamento S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	13	244	Obrigações com terceiros	<b>10</b>	65.530	35.775
Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários	<b>5</b>	66.530	39.711	Fornecedores	<b>11</b>	399	261
Contas a receber	<b>7</b>	561	492	Obrigações societárias	<b>12</b>	154	-
Impostos a compensar	<b>8</b>	744	566	Obrigações trabalhistas	<b>13</b>	341	-
Ativo fiscal diferido	<b>22</b>	4	-	Obrigações tributárias	<b>14</b>	179	32
Outros ativos		1.682	2.347			<b>66.603</b>	<b>36.068</b>
		<b>69.534</b>	<b>43.360</b>	<b>Não circulante</b>			
				Provisão para contingências	<b>13</b>	-	163
						-	<b>163</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<b>6</b>	7.049	-	Capital social	<b>15</b>	8.200	8.200
Imobilizado	<b>9</b>	514	588	Ajuste de avaliação patrimonial	<b>16</b>	6	-
		<b>7.563</b>	<b>588</b>	Reservas de legal	<b>17</b>	193	-
				Reservas de lucros		2.095	(483)
						<b>10.494</b>	<b>7.717</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>77.097</b>	<b>43.948</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>77.097</b>	<b>43.948</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro  
(Em milhares de Reais)

	<b>Nota</b>	<b>2º semestre</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Exercícios</b>	
			<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Resultado de intermediação financeira</b>	<b>18</b>			
Resultado de aplicações financeiras de interliquidez		309	458	-
Resultado com títulos e valores mobiliários		3.022	6.600	(2.718)
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>		<b>3.331</b>	<b>7.058</b>	<b>(2.718)</b>
<b>(Despesas) e Receitas operacionais</b>		<b>(1.735)</b>	<b>(2.230)</b>	<b>3.012</b>
Receita líquida da prestação de serviços	<b>19</b>	8.641	15.336	9.301
Despesas gerais e administrativas	<b>20</b>	(2.647)	(4.180)	(2.296)
Despesas comerciais	<b>20</b>	(6.395)	(10.699)	(3.652)
Despesas com pessoal	<b>21</b>	(1.233)	(2.287)	(35)
Despesas tributárias		(157)	(344)	(17)
Outras receitas (despesas) líquidas		56	(56)	(289)
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.596</b>	<b>4.827</b>	<b>294</b>
<b>(Lucro) prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.596</b>	<b>4.827</b>	<b>294</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>22</b>	(224)	(979)	(136)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<b>22</b>	4	4	-
<b>Lucro do período</b>		<b>1.376</b>	<b>3.852</b>	<b>158</b>
<b>Resultado por ação/lucro por ação</b>		<b>0,17</b>	<b>0,47</b>	<b>0,02</b>

## M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro  
(Em milhares de Reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Lucro líquido / prejuízo do período</b>	<u>1.376</u>	<u>3.852</u>	<u>158</u>
Outros resultados abrangentes	356	6	-
<b>Resultado abrangente do período</b>	<u>1.732</u>	<u>3.858</u>	<u>158</u>

## M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro líquido do período	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>8.200</b>	-	<b>(641)</b>	-	-	-	<b>7.559</b>
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	158	158
<b>Destinação do lucro líquido</b>								
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	158	-	-	(158)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>8.200</b>	-	<b>(483)</b>	-	-	-	<b>7.717</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	15	-	6	-	-	-	-	6
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	3.852	3.852
<b>Destinação do lucro líquido</b>								
Juros sobre capital próprio pagos e propostos		-	-	-	-	-	(511)	(511)
Dividendos pagos/propostos		-	-	-	-	-	(570)	(570)
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	483	-	-	(483)	-
Constituição da reserva legal		-	-	-	193	-	(193)	-
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	-	2.095	(2.095)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>8.200</b>	<b>6</b>	-	<b>193</b>	<b>2.095</b>	-	<b>10.494</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## M18 Instituição de pagamento S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre 31/12/2022	Exercícios	
			2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro / prejuízo do período		1.376	3.852	158
<b>Ajustes</b>				
Imposto de renda e contribuição social	20	224	979	136
Despesa com depreciação	9	85	168	172
		<b>1.686</b>	<b>5.000</b>	<b>466</b>
<b>Variação em ativos e passivos operacionais</b>				
Redução de títulos e valores mobiliários		(1.034)	(26.813)	(24.706)
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		985	(7.049)	-
Redução de contas a receber		(24)	(69)	(492)
(Redução)/Aumento de impostos a recuperar		196	(178)	243
(Aumento)/Redução de outros ativos		514	665	(74)
Aumento de obrigações com terceiros		(1.362)	29.755	22.850
(Aumento)/Redução de fornecedores		39	138	(390)
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas		(134)	179	150
(Redução)/Aumento de obrigações tributárias		(611)	(189)	50
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(298)	(647)	(285)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(43)</b>	<b>792</b>	<b>(2.188)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	9	(65)	(94)	(15)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(65)</b>	<b>(94)</b>	<b>(15)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Juros sobre capital próprio		(357)	(357)	-
Dividendos pagos		(570)	(570)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento</b>		<b>(928)</b>	<b>(928)</b>	<b>-</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		<b>(1.037)</b>	<b>(231)</b>	<b>(2.203)</b>
No início do período		1.050	244	2.447
No final do período		13	13	244
<b>(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.037)</b>	<b>(231)</b>	<b>(2.203)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Contexto operacional**

A M18 Instituição de Pagamento S.A., (“M18” ou “Companhia”) está situada no Município de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509. A Companhia tem como objeto a atividade de instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, prestando serviços de aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento, execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a serviço de pagamento, gestão de conta de pagamento, emissão de instrumento de pagamento, execução de remessa de fundos, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica (ou vice-versa), gestão de uso de moeda eletrônica, prestação de serviços de iniciação de transação de pagamento e outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil. A Companhia opera também com atividades de cobranças, informações cadastrais e consultoria de crédito e cobrança.

Em 13 de dezembro de 2021, a M18 Instituição de Pagamento S.A. obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como instituição de pagamentos, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pré pago. Em decorrência da autorização, a partir desta data a M18 passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

## **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

### **2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela administração da M 18 Instituição de Pagamento S.A. em 17 de março de 2023.

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos que são classificados como “Títulos disponíveis para venda”, sendo as atualizações diárias pela curva do papel contabilizadas diretamente por meio do resultado e o ganho ou perda pela atualização do valor de mercado diretamente em conta do patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## **3. Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

### **3.1. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### **3.2. Caixas e equivalentes de caixa**

Os saldos incluem depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

### **3.3. Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela comercialização no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, deduzidas da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável). A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

### 3.4. Títulos e valores mobiliários

Conforme circular BACEN nº 3.068 os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor devem ser registrados pelo valor de custo e classificados da seguinte forma:

**I - Títulos para negociação:** devem ser registrados os valores com propósito de serem negociados com frequência e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente no resultado do exercício (receita/despesa).

**II – Títulos disponíveis para venda:** devem ser registrados os valores que não se enquadram na classificação de negociação ou mantidos até o vencimento e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

**III – Títulos mantidos até o vencimento:** devem ser registrados os títulos adquiridos com o intuito de manter em carteira até o respectivo vencimento e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente no resultado do exercício (receita/despesa).

### 3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Entende-se por instrumentos financeiros derivativos aqueles cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura, conforme Circular Bacen nº 3082/02.

As operações com derivativos são avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

### 3.6. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada através da vida útil do bem, conforma tabela a seguir:

Descrição	Vida útil estimada
Móveis e utensílio	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

### **3.7. Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (*impairment*)**

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos internamente ao final de cada exercício para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Anualmente a M18 avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de *impairment* pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

### **3.8. Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

### **3.9. Provisões para contingências – (ativos e passivos contingentes)**

Provisões são reconhecidas quando a M18 tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado do semestre.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

### **3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3.11. Apuração do resultado**

As receitas e despesas das atividades fim são reconhecidas com observância do regime de competência, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

### **3.12. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e;
- (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

### 3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados via o regime do Lucro Real onde o imposto de renda é calculado pelas alíquotas regulares de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o resultado fiscal excedente à R\$ 240 no ano (R\$120 no semestre), e de 9% para a contribuição social.

### 3.14. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação da Companhia é o mesmo, uma vez que para a data destas demonstrações financeiras não existem instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o lucro por ação, e é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está assim representado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Bancos conta movimento	13	244
	<u><b>13</b></u>	<u><b>244</b></u>

## 5. Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2022			2021		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Certificado de depósitos bancários (i)	-	-	2023	20.122	20.122	2023
Notas do tesouro nacional – NTN (ii)	40.460	40.463	2023	-	-	n/a
Letras financeiras do tesouro – LFT (iii)	18.476	18.479	2023	-	-	n/a
Debentures	2.336	2.336	2023	1.890	1.890	2023
Cotas de fundo de investimento multimercado	-	-	n/a	13.135	13.135	-
Cotas de fundo de investimento renda fixa (iv)	5.252	5.252	n/a	4.564	4.564	n/a
	<u><b>66.525</b></u>	<u><b>66.530</b></u>		<u><b>39.711</b></u>	<u><b>39.711</b></u>	

- (i) Os certificados de depósitos bancários são remunerados com base em percentuais da variação do CDI
- (ii) Os valores investidos em Notas do tesouro nacional – NTN possuem retornos atrelados a uma taxa fixa adicionada do IPCA. Os resultados obtidos em 2022 correspondem a R\$3.267.

- (iii) Os valores mantidos em Letras financeiras do tesouro – LFT são remunerados por percentuais fixos adicionados da SELIC. Os resultados obtidos em 2022 correspondem a R\$1.592.
- (iv) O resultado obtido no exercício de 2022 foi de R\$803 (R\$31 em 2021) e refere-se aos resultados obtidos com valores aplicados em: (a) EXODUS INSTITUCIONAL FIDC NP MEZANINO B – administrado pela Singulare corretora de títulos e valores mobiliários S.A e gerido por Nova S.R.M Administração de recursos e finanças S/A possui como característica renda fixa.

## 6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se as aplicações em operações compromissadas representadas por Títulos Públicos com vencimentos de até 540 dias. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão assim representadas:

Descrição	31/12/2022			2021		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Operações compromissadas em títulos públicos	7.049	7.049	2023	-	-	-
	<u>7.049</u>	<u>7.049</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	

## 7. Contas a receber

O saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim constituído:

	2022	2021
<b>Contas a receber</b>		
Cientes nacionais	561	492
	<u>561</u>	<u>492</u>

## 8. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim constituído:

	2022	2021
<b>Impostos a compensar</b>		
Saldo negativo de IRPJ	663	472
Saldo negativo de CSLL	81	73
Outros impostos a recuperar	-	21
<b>Total</b>	<u>744</u>	<u>566</u>

- i. A base de saldos negativos de imposto de renda e da contribuição social, foi objeto de estudo realizado por consultoria fiscal especializada, durante o exercício de 2019, a qual levantou créditos oriundos de apurações destes impostos, de exercícios anteriores. Outra parte que compõe os saldos negativos, refere-se ao saldo de imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras e antecipações realizadas em 2019, 2020, 2021 e 2022.

## 9. Imobilizado

O imobilizado da Companhia, é representado pelo quadro abaixo, considerando inclusive as seguintes movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<b>Imobilizado</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2021</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2022</b>
Móveis e utensílios	320	248
Máquinas e equipamentos	143	141
Computadores e periféricos	125	125
<b>Saldo Imobilizado</b>	<b>588</b>	<b>514</b>

<b>Imobilizado</b>	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2021</b>	<b>Aquisições/baixas</b>	<b>Depreciação do exercício</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2022</b>
Móveis e utensílios	10%	320	-	(72)	248
Máquinas e equipamentos	10%	143	23	(25)	141
Computadores e periféricos	20%	125	71	(71)	125
<b>Saldo Imobilizado</b>		<b>588</b>	<b>94</b>	<b>(168)</b>	<b>514</b>

<b>Imobilizado</b>	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2020</b>	<b>Aquisições/baixas</b>	<b>Depreciação do exercício</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2021</b>
Móveis e utensílios	10%	392	-	(72)	320
Máquinas e equipamentos	10%	159	7	(24)	142
Computadores e periféricos	20%	192	10	(76)	126
Marcas e patentes	-	2	(2)	-	-
<b>Saldo Imobilizado</b>		<b>745</b>	<b>15</b>	<b>(172)</b>	<b>588</b>

## 10. Obrigações com terceiros

A conta de obrigações com terceiros é representada pelos recursos de clientes oriundos de saldos em contas de pagamento pré-pagas (contas escrow e contas digitais). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo está assim composto:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Obrigações com terceiros</b>		
Recursos de terceiros	65.530	35.775
<b>Total</b>	<b>65.530</b>	<b>35.775</b>

## 11. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores nacionais	399	261
<b>Total</b>	<u>399</u>	<u>261</u>

Os fornecedores, são representados por serviços de consultorias, serviços de tecnologia e despesas gerais e administrativas.

## 12. Obrigações societárias

Durante o exercício de 2022 a “M18” distribuiu juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$511, no qual R\$154 (R\$0 em 2021) foram distribuídos e não pagos, o mesmo será pago em janeiro de 2023.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Obrigações societárias</b>		
Juros sobre capital próprio	154	-
<b>Total</b>	<u>154</u>	<u>-</u>

## 13. Obrigações trabalhistas e Contingências

O saldo de obrigações trabalhistas e contingências estão assim representados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Provisões e encargos	253	-
Encargos sociais	88	-
Provisão para contingência	-	163
<b>Total</b>	<u>341</u>	<u>163</u>

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

### Risco trabalhista:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza trabalhista, onde os reclamantes pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas variadas, acompanhadas dos encargos sobre os montantes. Em 31 de dezembro de 2022, o total das contingências provável de perda provisionada é de R\$ 0 (2021 – R\$ 163). Adicionalmente, todos os casos, incluindo de causas possíveis no valor de R\$97 estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

**Risco cível:**

A Companhia é polo passivo em processos de natureza cível, e em 31 de dezembro de 2022 o total das contingências possíveis de perda era de R\$330 (2021 - R\$100). Adicionalmente, todos os casos estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

## 14. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias estão representadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, desta forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Obrigações tributárias</b>		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-
PIS e COFINS a recolher	100	-
Impostos sobre terceiros a recolher	33	8
Outros	28	24
<b>Total</b>	<u><u>179</u></u>	<u><u>32</u></u>

## 15. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 8.200 (R\$ 8.200 em 2021), dividido em 8.200.000 (oito milhões e duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, distribuído no formato a seguir:

<u>Sócio</u>	<u>Quotas</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual de participação</u>
Salim Raphael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Marcos Rafael Mansur	4.100.000	4.100	50%
<b>Total</b>	<u><u>8.200.000</u></u>	<u><u>8.200</u></u>	<u><u>100%</u></u>

### a) Distribuição de lucros

O contrato social da M18 não estabelece a obrigatoriedade de haver distribuição de lucros mínimos anuais. No período findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizado a distribuição de lucro no montante de R\$570. Essas distribuições foram aprovadas conforme ata de reunião dos sócios da M18 Instituição de Pagamento S.A. de 01 de janeiro de 2023.

Os valores distribuídos estão assim apresentados:

<u>Sócio</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual de distribuição</u>
Salim Raphael Mansur	285	50%
Marcos Rafael Mansur	285	50%
<b>Total</b>	<u><u>570</u></u>	<u><u>100%</u></u>

**b) Juros sobre capital próprio**

Durante o exercício de 2022 a “M18” distribuiu juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$511. Os juros sobre capital próprio foram calculados aplicando a taxa TJLP sobre o patrimônio líquido e distribuído de forma proporcional à participação de cada acionista. Essas distribuições foram aprovadas conforme ata de reunião dos sócios da M18 Instituição de Pagamento S.A. em 30 de setembro de 2022 (R\$ 330 mil) e 29 de dezembro de 2022 – (R\$ 181 mil).

**16. Ajuste de avaliação patrimonial**

Conforme item ii da Nota explicativa nº5 a Companhia no decorrer do exercício de 2022 aplicou em Letras financeiras do tesouro (“LFT”) e Notas financeiras do tesouro (“NTN”). Tais investimentos são classificados como disponível para venda e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários. Logo, a atualização dos rendimentos obtidos é lançada por meio de resultado e a marcação a mercado ajustada diretamente em conta de patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de ajuste de avaliação patrimonial está assim representado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>		
Letras financeiras do tesouro - LFT	2	-
Notas do tesouro nacional - NTN	2	-
Imposto diferido sobre ajustes	<u>2</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u><u>6</u></u>	<u><u>-</u></u>

**17. Reserva legal**

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social.

## 18. Resultado com aplicações financeiras

O resultado obtido com intermediações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim representado:

Descrição	2º	Exercícios	
	semestre 31/12/2022	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>			
Renda em operações compromissadas	309	458	-
Renda de notas do tesouro nacional - NTN	1.265	3.267	-
Renda de letras financeiras do tesouro - LFT	1.054	1.592	-
Renda de aplicação em fundos	455	1.282	2.911
Renda de aplicação em CDB	-	13	35
Renda de aplicação debentures	248	446	133
	<b>3.331</b>	<b>7.058</b>	<b>3.079</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Perda de aplicação em fundos	-	-	(5.797)
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.797)</b>
		0	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>3.331</b>	<b>7.058</b>	<b>(2.718)</b>

## 19. Receita líquida da prestação de serviços

	2º	Exercícios	
	semestre 31/12/2022	2022	2021
<b>Receita bruta da prestação de serviços</b>			
Renda em administração de recebíveis e contas de pagamento	6.473	11.090	7.471
Consultoria de crédito	3.227	6.148	2.919
Consultoria de análise de garantias	-	-	21
	<b>9.699</b>	<b>17.237</b>	<b>10.411</b>
<b>(-) Impostos sobre serviços</b>			
(-) ISS	(161)	(307)	(147)
(-) PIS	(160)	(284)	(172)
(-) COFINS	(737)	(1.310)	(791)
<b>Total</b>	<b>(1.059)</b>	<b>(1.902)</b>	<b>(1.110)</b>
<b>Receita líquida prestação de serviços</b>	<b>8.641</b>	<b>15.336</b>	<b>9.301</b>

A receita em administração de recebíveis e contas de pagamento está representada por administração de contas e gestão de garantias por meio de serviços prestados de cobrança de títulos de terceiros, majoritariamente de clientes de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC).

**20. Despesas gerais e administrativas e comerciais**

	2º	Exercícios	
	semestre	2022	2021
	<u>31/12/2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Serviços técnicos profissionais (i)	(1.261)	(2.037)	(1.452)
Outras despesas administrativas (ii)	(831)	(1.363)	(530)
Depreciações e amortizações	(85)	(168)	(172)
Assessoria jurídica	(470)	(612)	(142)
<b>Total</b>	<u><b>(2.647)</b></u>	<u><b>(4.180)</b></u>	<u><b>(2.296)</b></u>

- i. Os serviços técnicos profissionais são principalmente os serviços de consultorias especializadas e serviços de informações;
- ii. As outras despesas administrativas são representadas por despesas de marketing, despesas de suporte, manutenção e licenças de softwares.

	2º	Exercícios	
	semestre	2022	2021
	<u>31/12/2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Despesas comerciais</b>			
Rebate (i)	(6.395)	(10.699)	(3.652)
<b>Total</b>	<u><b>(6.395)</b></u>	<u><b>(10.699)</b></u>	<u><b>(3.652)</b></u>

- i. Em janeiro de 2021 a Companhia firmou contrato de rebate com a Nova S.R.M (“Nova”). Tendo em vista o conhecimento da capacidade técnica da M18 a Nova indica a companhia para os seus clientes como opção para a prestação de serviços de cobrança dos títulos emitidos nas operações que seus clientes realizam com os FIDCs que estão sob sua gestão.

**21. Despesa com pessoal**

	2º	Exercícios	
	semestre	2022	2021
	<u>31/12/2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Despesas com pessoal</b>			
Proventos	(811)	(1.515)	-
Benefícios	(143)	(248)	(35)
Despesa com encargos sociais	(279)	(524)	-
<b>Total</b>	<u><b>(1.233)</b></u>	<u><b>(2.287)</b></u>	<u><b>(35)</b></u>

## 22. Imposto de renda e contribuição social

### a) Imposto de renda e contribuição social corrente

	Exercícios	
	2022	2021
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	4.827	294
(-) Juros sobre capital próprio	(511)	
Ajustes para demonstração da alíquota efetiva		
Adições e exclusões temporárias e permanentes	(102)	377
<b>Resultado fiscal</b>	<b>4.214</b>	<b>671</b>
(-) crédito com prejuízo fiscal anos anteriores	(1.264)	(201)
<b>(=) Base de cálculo ajustada</b>	<b>2.950</b>	<b>470</b>
Imposto de renda - 15% e 10% adicional	(713)	(93)
Contribuição social - 9%	(265)	(42)
<b>Total</b>	<b>(979)</b>	<b>(136)</b>

### b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Realização / Reversão	Saldo em 31/12/2022
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	-	4	-	4
<b>Total ativo fiscal diferido</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>4</b>

### c) Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2022	Realização em 2023
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal	-	-
Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	4	4
	<b>4</b>	<b>4</b>

## 23. Gerenciamento de riscos

A seguir o entendimento da Administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

**Risco de crédito:**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso estes não cumpram com suas obrigações contratuais. A Administração entende que a Companhia não está diretamente exposta ao risco de crédito por operar instrumentos de pagamento pós-pago, não conceder crédito e também não possuir histórico em tomar crédito com instituições financeiras e afins.

**Risco de liquidez:**

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Administração por meio das políticas e processos internos realiza a gestão contínua de liquidez com uma abordagem de garantir liquidez suficiente para o cumprimento com todas as obrigações sob condições normais e anormais.

**Risco de mercado:**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, influenciados pelas seguintes variáveis:

- variação nas taxas de câmbio;
- variação nos preços de ações;
- variação nas taxas de juros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que a Companhia não está exposta às variações nas taxas de câmbio e nos preços de ações porque em seus ativos e passivos não contém elementos vinculados a esses parâmetros.

## **24. Eventos subsequentes**

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Salim Raphael Mansur  
Administrador  
CPF nº: 139.474.568-08

Henrique Luiz Gonzaga  
Contador  
CRC nº: 1SP256056/O-0  
CPF nº: 330.794.828-83